

ACTA Nº 05/2007

ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SETE. Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a terceira reunião da Sessão de Abril, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 5 - Análise das Taxas do D.P.M - Domínio Público Marítimo da Ria de Aveiro (Despacho do Ministro do Ambiente de 14/Dez/06); -----

Ponto 6 - Eleição do Presidente de Junta representante no XVII Congresso ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ter lugar nos dias 15 e 16 de Junho de 2007, na cidade de Ponta Delgada – Açores; -----

Ponto 7 - Apreciação e Votação da Activação da Extensão de Saúde da Barra.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Faltou a Vereadora Margarida São Marcos, visto se encontrar ausente em serviço. -----

FALTAS: Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

Hugo Coelho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Hernâni Santo. -----

Hernâni Santo, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----

Eduardo Ferreira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por impedimentos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, João Ramos. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Álvaro Ramos, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Augusto Soares, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, João Álvaro Ramos, Rui Pereira, David Louro, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Análise das Taxas do D.P.M - Domínio Público Marítimo da Ria de Aveiro (Despacho do Ministro do Ambiente de 14/Dez/06); -----

Foi dada a palavra ao Membro José Loureiro para explicar o documento: Tendo apresentado uma moção, a qual não foi votada pela Assembleia, por isso, solicita a retirada da moção. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir: Diz ser de opinião que embora a moção tenha sido retirada, há um ponto para ser discutido, aproveitando para informar a Assembleia matérias políticas de maior importância. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, submeteu a votação à discussão do ponto da Ordem do Dia, tendo sido deliberado por maioria, com 24 votos a favor (16 PSD, 7 PS e 1CDS/PP) e 1 (um) voto contra do membro da CDU. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Informa três situações distintas à Assembleia: A primeira diz respeito ao despacho do Ministro do Ambiente em 14 de Dezembro de 2006 no Diário República, em que a CCDRC assumiu a gestão e jurisdição da Ria de Aveiro, excepto a denominada área portuária. ----- Informa que, aquando da cobrança das taxas dominiais do novo quadro legal de gestão e jurisdição da

Ria de Aveiro, verificou-se haver dois tipos de entidade, os proprietários e os clubes náuticos, que os valores eram superiores aos cobrados em anos anteriores. -----

A segunda nota, e de maior gravidade para o País, é o quadro de taxas que será apresentado brevemente como anexo ao Decreto Regulamentador da Lei da Água. -----

Em terceiro, diz que aquando da visita do Ministro do Ambiente a Aveiro, as referências à Ria no seu discurso foram nulas, tendo adiantado que se encontra a trabalhar no dossier e que o mesmo terá novidades no próximo ano, tornando-se problemático para quem tem o dossier para análise desde 2006.

Finaliza dizendo que aproveitou este ponto para partilhar informações e preocupações dum dossier muito importante para o Município, para a Ria de Aveiro nas suas múltiplas actividades, exigindo de todos atenção redobrada para a qualidade de gestão da Ria, e da boa sustentabilidade financeira dos múltiplos interesses legítimos e importantes que vivem da existência da mesma. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da Assembleia para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Após ter ouvido a intervenção do Presidente da Câmara, diz que a sua moção tinha todo o cabimento para ser votada no dia 02 de Fevereiro. -----

Pretendia que a Assembleia demonstrasse a sua estranheza pela forma como o processo tem vindo a ser conduzido. Destaca o facto de a APA ainda não ter aplicado as taxas, mas suspeita que as mesmas sejam aplicadas dentro em breve, visto que há necessidade de realizar capital. -----

Termina, comentando que embora a sua moção não tenha sido votada, verifica que tinha razão para a apresentar para discussão. -----

MANUEL SOARES: Começa por dizer que as taxas de ocupação aplicadas às associações náuticas que vêm mencionadas no despacho de 14 de Dezembro de 2006, são um exagero, e por isso, devem ser revistas, permitindo às associações o desenvolvimento das suas actividades recreativas com a regularidade pretendida. No entanto, considera os outros valores de taxas de ocupação aceitáveis, mesmo em casos onde se verifica a redução da taxa, nomeadamente na piscicultura privada. -----

Exemplifica a situação actual, dizendo que a taxa da farolagem destina-se à sinalização dos canais de navegação, no entanto nada é feito, pois não há um único sinal nos canais, à excepção dos principais, chamando à atenção que essas mesmas deveriam, estar numeradas, porque quando a Capitania publica um edital a dizer que a bóia numerada está desactivada ou mudou de sítio, não é possível identificá-la. ----

Adiantou que a Associação de Pesca da Ria de Aveiro em colaboração com a Capitania fez o levantamento dos canais de navegação entre a Ponte da Varela e a Ponte da Vagueira e nunca foi colocada qualquer bóia ou sinalização. -----

RUFINO FILIPE: Refere conhecer bem as taxas aplicadas no Domínio Público Marítimo, visto residir nessa zona, sendo considerado pelo Governo um espaço privilegiado. Estranha o facto de na Gafanha de Aquém, os residente a Norte serem taxadas pela APA e os outros pelo Ministério do Ambiente, sendo estes os mais penalizados. Adianta que a APA e o Ministério informam que fazem isenção de pagamento caso se prove que à data de 1864 os terrenos eram de particulares, mas como é uma utopia, visto que muitos já provaram que os terrenos pertenciam a antigos proprietários da Fábrica Vista Alegre e nada foi alterado. ---

Assim, apela a uma tomada de atitude por parte do Presidente da Câmara, afim de tomar em defesa dos interesses dos residentes dessa zona. -----

FLOR AGOSTINHO: Congratula a Mesa por ter transformado a moção em ponto da Ordem do Dia, pois permitiu-lhe ter mais conhecimento deste assunto através da exposição do Presidente da Câmara. -----

Concorda com o membro Rufino, no que refere aos organismos do Estado entenderem ser uma zona de residência privilegiada e por isso tem que ser tributado. -----

Entende ser preocupante o Governo não querer revogar o despacho, prevendo que o mesmo venha a ser alterado, acabando por prejudicar mais a população em causa. -----

Defende a criação rápida de uma entidade próxima dos habitantes e dos seus problemas, que tenha o conhecimento e a vivência de quem usufrui da ria. -----

Portanto, acha fundamental discutir este assunto, bem como manterem-se atentos e preocupados, porque certamente o que virá não será nada benéfico para o Concelho. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por dizer que passados seis anos, nenhum Ministro foi capaz de tomar decisões e resolver o problema da falta de gestão da Ria de Aveiro, realçando que todos foram capazes, com excepção do actual, de cobrar as taxas dominiais. Diz ser uma situação grave porque é uma situação de múltiplas facetas. -----

Ao membro Manuel Soares explica que o decreto regulamentador da lei da água exige a atenção de todos, nomeadamente das associações que congregam interesses legítimos sobre áreas como a da Ria, sobre a qual se vai aplicar o novo decreto regulamentador, a qual vai tornar muito complicado não só em termos financeiros, mas também regulamentares e normativas. -----

Ao membro Rufino Filipe diz que, enquanto se sabe onde se aplica a taxa do IMI, nada serve a taxa dominial sobre área urbana. Dá como exemplo, a estrada da margem poente do canal que necessita de requalificação e tem que ser transformada em estrada dique, questionando, na impossibilidade de usufruir das taxas do DPM, utilizarão dinheiro do IMI e dos Fundos Comunitários. -----

Diz que resolveria a questão do privilégio pelo seu coeficiente de localização da equação do IMI, onde o privilégio é transportado no coeficiente de localização e essas zonas consideradas paisagisticamente e urbanisticamente privilegiadas, materializar-se-ia no coeficiente de localização diferenciado como determina a legislação sobre a utilização do património. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 - Eleição do Presidente de Junta representante no XVII Congresso ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ter lugar nos dias 15 e 16 de Junho de 2007, na cidade de Ponta Delgada – Açores; -----

Foi apresentada a seguinte proposta que se transcreve: “ Atenta a necessidade de promover a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no próximo Congresso da Associação nacional de Municípios Portugueses (A.N.M.P), propõe-se a designação de Manuel Serra, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, para em representação da Assembleia Municipal de Ílhavo participar no referido evento.” -----

Ílhavo, 13 de Abril de 2007 -----

Ass) Os Membros do PSD -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação através de escrutínio secreto, foi deliberado por maioria, com vinte e dois votos a favor, uma abstenção e dois votos contra, eleger o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Garcia Lopes Mendes Serra. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 7 - Apreciação e Votação da Activação da Extensão de Saúde da Barra.-----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Inicia a sua intervenção dizendo que a decisão política que a Câmara Municipal tomou em aprovar a proposta incluída no processo é a peça fundamental do mesmo, e a sua inclusão na discussão da Ordem do Dia, por se entender estar numa fase de empenhamento político total de todas as forças institucionais do Poder Local do Município, para que perante o Governo e quem é responsável pela matéria, tome uma decisão definitiva sobre o honrar de compromissos assumidos pelo Ministério da Saúde para com a Câmara Municipal de Ílhavo, e muito em especial para com os cidadãos da Praia da Barra. -----

Explica que foram muitas as diligências e reuniões formais e informais que se consumaram formalmente num contrato programa e fisicamente num edifício construído de raiz para receber a Extensão de Saúde, num espaço polifuncional onde já são prestados serviços aos cidadãos e aos utilizadores da Praia da Barra, nomeadamente uma delegação da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, um Posto de Turismo da Rota da Luz, um Posto dos CTT, e um posto de informações da Câmara Municipal. Portanto, comenta que todas as diligências feitas, nomeadamente a última, no final do ano 2006, em que 1227 cidadãos da Barra entregaram um abaixo assinado sobre a forma de compromisso de inscrição como utentes da Extensão de Saúde da Barra, não mereceu até hoje dados de instrução, mais do que ofícios de uma só linha, ou promessas de estudo da matéria. -----

Em relação a ofícios, diz que o Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro escreveu aos cidadãos da Barra que subscreveram o abaixo assinado, assumindo o compromisso de estudar a

afecção de recursos humanos para com o seu Centro de Saúde de Ílhavo, afim de obter uma solução e do qual ainda não houve qualquer tomada de decisão. -----

Por isso, diz que oficiou ao Coordenador de Serviço Sub-Regional de Saúde de Aveiro, a 29 de Março de 2007, dando conhecimento ao Director do Centro de Saúde de Ílhavo e também ao Presidente da Direcção Regional de Saúde do Centro, para que os responsáveis respondessem com clareza e objectividade, às questões que o ofício suscita, de forma clara (anexo IV), da proposta apresentada à Câmara Municipal, e que define as quatro perguntas, citando: "1ª- Quanto tempo mais é que o Ministério da Saúde, vai demorar a tomar a decisão de honrar o seu compromisso para com a Câmara Municipal de Ílhavo, e para com a população da Praia da Barra, activando a Extensão de Saúde da Barra; 2ª- Quando é que o Ministério da Saúde vai proceder à instalação de equipamento e de mobiliário, no Edifício da Extensão de Saúde da Barra; 3ª- Quando é que o Ministério da Saúde vai proceder à activação da Extensão de Saúde da Barra, colocando o médico, enfermeiro e administrativo para que o seu funcionamento seja possível; 4ª- Quando é que o Ministério da Saúde paga à Câmara Municipal de Ílhavo, arredondando os número 150.000,00 € que lhe deve de acordo com as cláusulas 2ª e 6ª do referido Contrato Programa., referenciando nesta pergunta se é necessária a prova documental da despesa feita, porque o Contrato Programa não determina, e a exploração do edifício deixa clara a sua dispensabilidade, sendo que a ser necessário, foi enviada anexa a este ofício cópia dos autos e das facturas da referida obra." -----

Indica que o ofício permanece sem resposta. Explica que não pretende transpor para a Assembleia Municipal o diálogo com as instituições do Ministério da Saúde, mas sim que discutam a matéria, e que subscrevam a proposta aprovada na Câmara Municipal, para com a importância política deste órgão, se densifique politicamente para que a Extensão de Saúde da Praia da Barra seja activada. -----

Comenta que vivendo num Estado de direito, é absolutamente legítimo mudar as políticas e mudar de opinião, o que não é legítimo é não responder e não assumir responsabilidades. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOÃO RAMOS: Comenta que todos aqueles que não respeitarem os compromissos assumidos pelas direcções em vigor, ou pelas anteriores, não são consideradas pessoas de bem. -----

JORGE TADEU: Tece quatro notas: A primeira, para dizer que o Grupo do PSD da Assembleia Municipal subscreve a proposta da Câmara, bem como todas as diligências que têm vindo a ser efectuadas junto da Administração Regional de Saúde e da Sub-Região, assim como o abaixo assinado também efectuado por um grupo de cidadãos da Praia da Barra. Justifica que o faz porque, para além das razões que estão na proposta e na exposição inicial do Presidente da Câmara e porque o Estado é uma pessoa de bem, e está obrigado pelo Código do Procedimento Administrativo ao princípio da Boa Fé, como também e à semelhança da tardia abertura das urgências do Hospital de Aveiro, não compreende a atitude do Ministério da Saúde e seus organismos para com o Distrito de Aveiro. -----

Finaliza, enunciando que como Deputado na Assembleia da República apresentou um requerimento sobre esta mesma matéria, e no mesmo sentido dirigido ao Sr. Ministro da Saúde. -----

MANUEL SERRA: Perante uma situação insustentável, diz ter que apoiar a proposta da CMI para a pretendida activação da Extensão de Saúde da Barra, solidarizando-se com a posição tomada pelos 1227 cidadãos da Praia da Barra, que no seu abaixo assinado dirigido à entidades de saúde da região. -----

FLOR AGOSTINHO: Subscreve o que foi dito pelos anteriores intervenientes, dizendo que o assunto nem devia ser discutido, porque terminada a obra e perante um compromisso assumido, o serviço deveria estar à disposição dos cidadãos do Concelho, os municípios da Praia da Barra. Destaca a sua importância e necessidade, com o aumento da população veraneante. Assim, e perante os factos, diz ter que apoiar os 1227 cidadãos para que a extensão seja aberta. -----

Termina, dizendo que infelizmente não é só no Concelho ou Distrito que situações destas estão a ocorrer, mas sim em todo o País. -----

HUMBERTO ROCHA: Começa por dizer que a sua intervenção será complicada porque assume a dupla função de ser membro da Assembleia e de ser Administrador Coordenador da Saúde Distrito de Aveiro. ---

Diz que gostaria de ver a extensão de Saúde aberta, mas a existência de dificuldades que não o permitem, ela não entrará em funcionamento, tais como o de não atingir os 1500 utentes para abrir uma unidade de saúde; a Praia da Barra estar muito perto da unidade de saúde da Costa Nova, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Nazaré, local de inscrição da maioria dos utentes residentes na Praia da Barra; dificuldade em mudar de médico de família; alterações da política de saúde definida pelo Ministério da Saúde e pelo Governo; dificuldade de recursos humanos no Centro de Saúde de Ílhavo; as alterações existentes na orgânica da saúde em Portugal, em que os Centros de Saúde passam a ser reagrupados formando as unidades locais de cuidados de saúde primários, entre outros. -----

Destaca a realidade actual em que se estão a formar unidades de saúde familiares para que os recursos humanos e os equipamentos possam dar melhor atendimento aos seus utentes. Por isso, diz que se coloca a hipótese de a Extensão de Saúde da Praia da Barra ser uma candidata a este modelo, podendo dar uma consulta num programa das 08H00 às 20H00, tal como irão assegurar na Costa Nova, Gafanha do Carmo, Gafanha da Nazaré. Além disso, informa que também está a ser criado uma rede de cuidados continuados, que também vai prever uma melhoria da dinâmica da saúde. Indica que irá também ser disponibilizado um helicóptero na Região Centro, que rapidamente chegar no caso de uma emergência médica. -----

Apesar de gostar de ver a Unidade de Saúde na Praia da Barra em funcionamento, diz haver constrangimentos, que só quem faz as leis, que é o Governo e o Ministério da Saúde, podem dar uma resposta global e uma resposta definitiva ao assunto. -----

Findas as intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Subscrive as intervenções dos membros João Ramos, Jorge Tadeu, Manuel Serra e Flor Agostinho. -----

Ao membro Humberto Rocha diz que como autarca com conhecimentos privilegiados na matéria irá respeitar, comentando que na condição de Presidente da Câmara, e coordenador da área da saúde na ANMP, deve ter reunido, nos últimos seis meses, mais vezes ao Ministro da Saúde e Secretária de Estado Adjunta do que o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro. -----

Tece comentários às dificuldades na abertura da Extensão de Saúde da Praia da Barra, nomeadamente: o de não haver nenhuma norma nova, que pelo seu formato legal se sobreponha ao contrato-programa formalmente aprovado; Apesar de 1227 ser um número inferior aos 1500 exigidos, justifica que esse número é só uma referência e não uma regra; a existência de extensões de saúde não impede o bom funcionamento do que se pretende abrir; em termos teóricos há 1227 cidadãos que pretendem mudar de médico de família; não existe uma política de saúde alterada, mas sim uma política de saúde errática, que se tem desenvolvido de forma diferente em várias parcelas do território; alteração orgânica da saúde, para a melhoria qualitativa da prestação dos serviços na componente dos cuidados de saúde primários, que é a activação das tais unidades de saúde familiares, constituídas por acto voluntário dos profissionais. O problema reside na estrutura organizativa, pois vão acabar com as Sub-Regiões de Saúde e as competências de gestão, nomeadamente financeira e pessoal, para os denominados agrupamentos dos Centros de Saúde, e em algumas passarão a ter participação directa dos Municípios Portugueses, como também das Administrações Regionais de Saúde. Daí a confusão e a grande questão mediática, sobre o que vai acontecer ao SAP; A Rede de Cuidados Continuados e o apoio do Helicóptero não estão relacionados com este assunto; Portanto, esta realidade aumenta a importância de uma presença próxima da Rede de Cuidados Primários, daí a luta para esse fim. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: Esclarece que a candidatura da USF pode em qualquer altura ter uma carteira adicional e se há uma boa Rede de Cuidados Continuados, vai fazer com que esses doentes bem tratados, não necessitem de tantos cuidados de saúde primários, portanto, há uma diminuição substancial do número de utentes que têm de ir ao médico de família. -----

Informa que a consulta do SAP está a ser nalguns locais substituída pela chamada consulta de recurso e onde há a USF, houve uma diminuição de 50% dos utentes utilizadores das urgências, porque através do programa SONHO e do SINUS, consegue-se saber exactamente donde é o doente, fazendo com as USF tenham um valor acrescentado. Embora não possa garantir, diz ser possível que as USF são formadas por voluntários, passando mais tarde com organização diferente com voluntários à força. -----

Finaliza dizendo que os Centros de Saúde não vão ter autonomia financeira, mas sim organizacional. -----

FLOR AGOSTINHO: Agradece a intervenção do Presidente da Câmara porque foi esclarecedora quanto à actual política do Ministério da Saúde no País. -----

Crê que relativamente à Extensão de Saúde da Barra e sobre a questão de gestão de pessoal, o problema facilmente será resolvido desde que haja capacidade de o resolver, vontade, empenho e dedicação, porque certamente com a criação destas USF's, haverá pessoal excedentário e que vai ter que ser utilizado de alguma maneira no resto das unidades de saúde do Concelho. -----

3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Humberto Rocha dizendo que as pessoas consultadas pelos médicos da USF, logo irão mudar de médico de família. -----

Encontrando-se o sistema a funcionar bem, haveria um contributo positivo para a gestão da saúde de todos. No entanto, a exemplo da demissão do Coordenador de uma das primeiras USF constituídas no País, no Dafundo, deixando clarificado que o modelo não funciona, porque não há quem mande, pois a sua gestão assenta numa parceria, em que há um coordenador, mas não há um regime hierárquico no serviço nacional de saúde zelador pela normalidade do funcionamento de uma estrutura. Informa que as USF funcionam em zonas de baixa incidência de um hospital, constatando que em Portugal há muitos médicos sem doentes e vice-versa. -----

Entende ter sido muito importante apresentar este assunto para discussão da Assembleia Municipal, visto que é mais importante discutir a questão política do que a técnica, pois os autarcas que prometeram à população da Barra, na campanha eleitoral de Outubro de 2005, que iam lutar pela activação da Extensão de Saúde da Praia da Barra, têm de honrar esse compromisso. Diz ter ficado clarificado que o compromisso do Ministério da Saúde para com a Câmara e a população é indiscutível que existe e deve receber dos autarcas de forma clara, inequívoca, sem abstenções, uma postura de prontidão na defesa de compromissos, na defesa de cidadãos e na defesa de autarcas. -----

Termina a sua intervenção, solicitando à Assembleia Municipal voto favorável que densifique politicamente as posições que o Presidente da Câmara e o Executivo Municipal têm tomado sobre a matéria, para que politicamente, este processo tenha acréscimo de valor para prosseguir uma luta justa, correcta e de consciência de compromisso político de todos os autarcas representantes dos cidadãos do Município. ----

DE SEGUIA FOI APRESENTADA UMA PROPOSTA PELA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, TENDO SIDO LIDA PELO SEU PRESIDENTE: -----

"A Mesa da Assembleia Municipal propõe a ratificar a deliberação do Executivo Municipal relativa à Proposta de Activação da Extensão de Saúde da Barra, dela dando conhecimento aos responsáveis do Ministério da Saúde e à população. -----

Ílhavo, 20 de Abril de 2007 -----

O Presidente da Assembleia, -----

As.) António Francisco das Neves Vieira. -----

O 1º Secretário, -----

As.) Carlos Sarabando Bola -----

O 2º Secretário, -----

As.) Dinis da Rocha Gandarinho." -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação foi deliberado por maioria, com os dezoito votos a favor (16 PSD, 1 CDU e 1CDS/PP) e seis abstenções (6 PS), aprovar a presente proposta. Nesta votação, o Presidente da Mesa autorizou o membro Humberto Rocha a ausentar-se do Salão Nobre a seu pedido, visto este acumular funções de autarca com as de Administrador Coordenador da Saúde Distrito de Aveiro. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

“Extensão de Saúde da Barra -----
É evidente que todos gostaríamos que existisse uma Extensão de Saúde na Praia da Barra. E todos pugnamos para que tal se concretize. -----

Mas entendemos que a não existência numa lista de 1500 utentes, associada ao facto da Barra estar a menos de 5 minutos da Unidade de Saúde da Costa Nova e, também, muito perto da Gafanha da Encarnação e da Nazaré (onde está inscrita a grande maioria dos residentes) aliada à escassez de recursos do Centro de Saúde de Ílhavo, são factores negativos na concretização desse desejo. -----

Temos de acrescentar a estes factos que os doentes se afeiçoam ao seu médico de família, sendo muito difícil mudarem para o médico que fosse para a Barra. -----

Também é de todos conhecida a dificuldade que tem havido para a inscrição de eleitores na Praia da Barra, conseguindo-se apenas o contributo de cerca de 20% da população residente. -----

Gostaríamos de ver criada uma Extensão de Saúde na Barra, mas ficaríamos muito tristes se ela tivesse de fechar por falta de utentes inscritos. -----

Além disso, a Política de Saúde prevê a concentração de recursos humanos (médicos, enfermeiros e administrativos) e de equipamentos para maior rentabilização e prestação de melhores cuidados de saúde, em horários mais alargados, estando em preparação o reagrupamento de Centros de saúde, a formação de USF (Unidade de Saúde Familiares) e a nova Rede de Cuidados Continuados, aconselham a que se aguarde a evolução destas alterações para uma decisão acertada e definitiva dos responsáveis do Ministério da Saúde. -----

20 de Abril de 2007 -----

Os Elementos da Assembleia Municipal, do PS, -----

As.) Francisco Grangeira; -----

As.) José Ribau Teixeira; -----

As.) Manuel Augusto Soares; -----

As.) Rui Alberto da Silva Pereira; -----

As.) João Canha Lopes -----

As.) Domingos Vilarinho”. -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da ordem do Dia, perguntou ao público presente nas galerias do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas Amílcar Matias, residente na Praia da Barra, manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato: -----

AMÍLCAR MATIAS: Diz que a Praia da Barra sente um profundo desgosto porque vê um edifício concluído há cerca de um ano, para servir os mais necessitados e os residentes, encontrar-se fechado. Comenta que o dossier está a ser tratado pelo Ministério da Saúde com pouco gosto, pouca simpatia, e pouca verdade. -

Informa que na recolha das 1227 assinaturas, muitas pessoas não assinaram com receio de represálias, isto é de virem a perder o seu médico. -----

É sua opinião que a Praia da Barra reúne todas as condições para ter a Extensão de Saúde em pleno funcionamento, exemplificando que os serviços públicos do edifício, como o turismo, pólo da Junta de Freguesia e os Correios são muito úteis. Situação que torna complicado o dia-a-dia da Praia da Barra há falta de estacionamento, que devido aos bons acessos da A25 não dá resposta a afluência de pessoas a localidade. Portanto, aguarda uma resposta séria e uma definição de data para a sua abertura. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Responde que falta de estacionamento é uma realidade que tem a sua componente positiva e negativa. Positiva, porque a Praia da Barra recebe muita gente nomeadamente em períodos de ponta. Negativa, é preciso criar mais condições para que haja mais capacidade de estacionamento na localidade. Concorda que há que materializar qualidade urbana e qualidade de vida da Praia da Barra. -----

Agradece todo o trabalho que a população da Praia da Barra tem feito, desafiando para que o mantenham bem activo, porque a razão dos argumentos é mais forte, e a população tem razão em querer e exigir que se cumpra o compromisso do Ministério da Saúde para com a Câmara Municipal. -----
Após devido esclarecimento e não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 00 horas e 05 minutos. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 21/06/07.